

**Senhores Acionistas,**  
Em observância às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação e deliberação de V.S.as as contas relativas ao exercício findo em 31/12/2015, com seus demonstrativos financeiros, composto pelo balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, fluxo de caixa, valor adicionado e, mutações do patrimônio líquido, juntamente com as notas explicativas, que fazem parte das demonstrações financeiras ora apresentadas. São Paulo, 15 de março de 2016.

**A DIRETORIA**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)**

ATIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.984.473	2.723.548	Fornecedores	12	18.957.887	19.220.850
Aplicações Financeiras	4	89.439	1.279.770	Obrigações trabalhistas	13	4.928.590	5.627.204
Clientes	5	6.077.195	31.346.209	Impostos e contribuições a recolher	14	2.983.786	1.270.533
Estoque	6	573.765	692.399	Outras contas a pagar	15	928.689	4.044.308
Impostos a recuperar	7	182.930	3.795.959			27.798.952	26.522.895
Créditos com funcionários	8	282.907	409.227	Total do passivo circulante			
Outras contas a receber		528.648	285.070	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo circulante		14.719.357	40.532.182	Provisão para contingências	16	37.088.150	35.175.267
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Total do passivo não circulante		37.088.150	35.175.267
Clientes	5	16.106.852	397.826	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17</b>		
Depósitos judiciais	9	221.093	281.445	Capital social		100.588.320	100.588.320
		16.327.945	679.271	Reservas de Capital		-	-
Investimentos	10	58.353	58.353	Recursos para aumento de capital		6.617.495	2.825.295
Propriedade para investimentos	10	26.549.221	26.549.221	Reserva especial		786.721	786.721
Imobilizado	11	9.508.862	9.827.656	Prejuízos acumulados		(131.966.421)	(114.475.602)
Intangível		146.196	172.930	Ajuste de avaliação patrimonial		26.396.717	26.396.717
Total do não circulante		52.590.577	37.287.431	Total do passivo e patrimônio líquido		2.422.832	16.121.451
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>67.309.934</b>	<b>77.819.613</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>67.309.934</b>	<b>77.819.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)**

	Recursos para aumento de capital	Reservas especial decreto n°332/91	Doações para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>100.588.320</b>	<b>1.600.000</b>	<b>786.721</b>	<b>22.295</b>	<b>(106.808.152)</b>	<b>(3.810.816)</b>
Recursos para aumento capital	1.225.295	-	(22.295)	-	-	1.180.705
Ajustes dos exercícios	-	-	-	-	731.646	731.646
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	26.396.717	-	26.396.717
Resultado do exercício	-	-	-	-	(8.399.096)	(8.399.096)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>100.588.320</b>	<b>2.825.295</b>	<b>786.721</b>	<b>26.396.717</b>	<b>(114.475.602)</b>	<b>16.121.451</b>
Recursos para aumento capital	3.792.200	-	-	-	-	3.792.200
Resultado do exercício	-	-	-	-	(17.490.819)	(17.490.819)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>100.588.320</b>	<b>6.617.495</b>	<b>786.721</b>	<b>26.396.717</b>	<b>(131.966.421)</b>	<b>2.422.832</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

Constitui objeto da companhia: operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de moto mecanização, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Empresa.

**2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a NBC T 19.41 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. APURAÇÃO DO RESULTADO:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O reconhecimento de receitas se dá de acordo com a medição de execução da obra contra a conta contábil "Serviços executados a faturar". No momento da entrega final da obra, o serviço é faturado e baixado de desta rubrica, concretizando assim o faturamento e o fato gerado da receita. **3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES:** Não houve transações significativas no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

**3.3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "disponíveis para venda". **3.5. ESTOQUES:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado. Os estoques são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, combustíveis, lubrificantes e, material de escritório. **3.6. INVESTIMENTOS:** Conforme comentado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui participações não relevantes no capital de outras empresas públicas, dispensando da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. No exercício de 2014 foram lançadas na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" do patrimônio líquido os valores referentes às propriedades para investimento que totalizaram R\$ 26.396, conforme laudos fornecidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS. Referidos laudos apuraram o valor justo dos bens em conformidade com o disposto no CPC 28 - Imobilizado. De acordo com esse pronunciamento, os imóveis que não estão em uso operacional, devem ser mantidos como investimentos, devendo ser registrados a valor justo e, o Conselho Fiscal orientou que se fizesse essa valorização em 2014. Com essa avaliação patrimonial, revertemos uma situação de patrimônio líquido negativa para positiva. **3.7. IMOBILIZADO LÍQUIDO:** A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, revisando apenas as taxas de depreciação de acordo com a vida útil dos bens, entendendo que as estimativas utilizadas para seus bens estão adequadas. As depreciações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo e as taxas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, acompanhando as taxas normais classificadas por lei fiscal, como segue e conforme nota 11:

Descrição	Prazo
Edifícios	04% ao ano
Computadores e periféricos	20% ao ano
Instalações	10% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Veículos	20% ao ano
Veículos Utilitários	25% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Ferramentas e utensílios industriais	10% ao ano
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% ao ano

**3.8. INTANGÍVEL:** Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, onde as amortizações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo. **3.9. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Não foram identificados ativos e passivos monetários relevantes que evidenciassem a necessidade de ajustes a valor presente, como determina o CPC nº 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3.10. EMPRÉTIMOS E FINANCIAMENTOS:** São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. **3.11. CONTINGÊNCIAS:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, Resolução CFC nº 1.180/09, que apresenta os seguintes conceitos: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existam garantias reais ou decisões judiciais definitivas e favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Passivos contingentes:** São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, e os valores possam ser mensurados com suficiente segurança (quando houver a perspectiva de uma provável saída de recursos da Companhia). Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas ou divulgadas. **3.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **3.13. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

**3.15. CONTINGÊNCIAS:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, Resolução CFC nº 1.180/09, que apresenta os seguintes conceitos: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existam garantias reais ou decisões judiciais definitivas e favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Passivos contingentes:** São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, e os valores possam ser mensurados com suficiente segurança (quando houver a perspectiva de uma provável saída de recursos da Companhia). Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas ou divulgadas. **3.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **3.13. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2015	2014
Caixa	37.596	40.673
Bancos	6.946.877	2.682.875
	<b>6.984.473</b>	<b>2.723.548</b>
Aplicações Financeiras	89.438.60	1.279.769,45

**5) CLIENTES**

Clientes (a)	4.524.795	9.763.910
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.305.858)	(1.305.858)
Consórcio Pró-Estrada (b)	7.042.198	7.367.233
Provisão para perdas de consórcios	(5.457.628)	(5.203.252)
Serviços executados a faturar (d)	1.002.325	13.105.354
Precatórios a Receber	-	7.404.085
Clientes locação	271.363	214.737
	<b>6.077.195</b>	<b>31.346.209</b>

**Não circulante**

Clientes (a)	7.606.884	-
Precatórios a receber (c)	7.950.411	-
Acordos Consórcios	549.557	397.826
	<b>16.106.852</b>	<b>397.826</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)**

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	18	56.618.948	115.878.980
<b>Receita líquida</b>		<b>56.618.948</b>	<b>115.878.980</b>
Custos	19	(52.083.559)	(96.242.909)
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.535.389</b>	<b>19.636.071</b>
Despesas administrativas	20	(22.988.289)	(35.052.038)
Outras receitas e despesas	21	1.157.732	6.823.619
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(17.295.168)</b>	<b>(8.592.348)</b>
Resultado financeiro líquido	22	(195.651)	193.251
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(17.490.819)</b>	<b>(8.399.097)</b>
Número de ações		18.780.945.481.834	18.780.945.481.834
Prejuízo por ação		(0,009265)	(0,004472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(17.490.819)	(8.399.096)
Depreciação e amortizações	2.231.000	2.539.002
Provisão para perdas de créditos	254.377	136.808
Provisão para Férias e encargos sociais	631.715	3.118.265
Ganho na venda de ativo imobilizado	(507.105)	-
Provisão para contingências trabalhistas e Cíveis	1.912.883	12.237.492
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	21.764.815
Outros ajustes no resultado	(95.700)	-
	<b>(13.063.649)</b>	<b>31.397.286</b>

**(Aumento) redução dos ativos circulante e não circulante**

Clientes	9.303.000	(1.852.809)
Impostos a Recuperar	3.613.029	(1.725.933)
Estoques	118.634	(8.523)
Créditos de funcionários	126.320	(364.758)
Outras contas a receber	(243.578)	(203.547)
Depósitos Judiciais	60.352	(365)

**Aumento (redução) dos passivos circulante e não circulante**

Fornecedores	(262.963)	407.140
Obrigações Trabalhistas	(698.612)	693.476
Obrigações tributárias	1.713.253	536.731
Adiantamentos de Clientes	-	(26.786)
Outras contas a pagar	524.381	220.373
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(731.646)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.190.167</b>	<b>28.340.729</b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Adições de Imobilizado e Intangível	(3.314.000)	(28.722.728)
Baixas de Imobilizado e Intangível	1.402.227	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.911.773)</b>	<b>(28.722.728)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Recebimentos para aumento de capital	3.792.200	1.225.295
	<b>3.792.200</b>	<b>1.225.295</b>

**Aumento (redução) do capital circulante líquido**

Saldo inicial de caixa	4.003.317	3.160.021
Saldo final de caixa	7.073.911	4.003.317
	<b>3.070.594</b>	<b>843.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(a) A rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 12.131.679 em 2015 (R\$ 9.763.910 em 2014) refere-se às faturas em aberto relativas aos serviços prestados pela Companhia. (b) Em 2015, foram firmados acordos e parte já foi recebida. Esses acordos são com os Consórcios ABSPP, Cidades Amigas, Conisud, Futuro Melhor e Vale do Rio Grande. O saldo em 31 de dezembro de 2015 de cada acordo ou ação está demonstrada no quadro a seguir:

Consórcios	Valor
Central	1.355.946
Rondon / Castelo	1.038.152
Terra Nova	1.019.154
Cidades Amigas	937.767
Conisud	562.591
Serras de Guaspar	500.939
Condensul	476.487
Sabas	301.069
Vizinhos da Castelo	224.601
Superação Pró-Estrada	149.462
Novos Caminhos	139.587
Renovado Estradas	139.060

corrente via Dcomp com tributos federais CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

**8) CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS**

	2015	2014
Antecipação de Férias	249.779	381.037
Empréstimos - Insuficiência de saldo de salário	10.922	10.922
Outros	22.206	17.267
<b>Total</b>	<b>282.907</b>	<b>409.227</b>

Os adiantamentos a funcionários são compostos, substancialmente, por empréstimos, antecipação de férias e adiantamentos para despesas de viagens.

**9) DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Referem-se a recursos depositados em juízo para interposição de recursos contra reclamações trabalhistas, empréstimos compulsórios sobre combustíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Sobre o empréstimo compulsório, houve decisão judicial favorável à Companhia para recebimento na forma de precatórios em 10 (dez) parcelas anuais, que serão amortizadas conforme recebimento dos numerários.

**10) INVESTIMENTOS**

	2015	2014
Propriedades para investimentos	26.549.221	26.549.221
Outros investimentos	58.353	58.353
<b>Total</b>	<b>26.607.574</b>	<b>26.607.574</b>

**Propriedades para investimentos:** Desde o exercício de 2012, a Companhia realizando levantamento dos imóveis e de sua situação física e jurídica. Ao longo de 2013, podem-se listar os imóveis que não estão em operação. Sendo assim, esses imóveis foram transferidos da rubrica "Imobilizado"

**11) IMOBILIZADO**

Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	2015	2014
176.849	-	-	-	176.849	176.849
055.907	-	-	(1.860.928)	194.979	2.470.990
24.947.724	2.099.905	(652.761)	(23.511.781)	2.883.087	2.430.453
1.212.192	10.101	(3)	(1.003.464)	218.826	253.360
14.207.387	1.069.950	(22.050)	(11.546.188)	3.709.099	4.309.340
1.276.208	1.441	(241)	(966.620)	310.788	376.147
624.901	124.250	-	(584.080)	165.071	57.522
841.642	-	-	(743.179)	98.463	124.794
1.279.625	8.618	-	(1.113.372)	174.871	238.368
1.576.829	-	-	-	1.576.829	1.576.829
38.625.922	-	(727.049)	(37.898.873)	-	-
<b>86.825.186</b>	<b>3.314.265</b>	<b>(1.402.104)</b>	<b>(79.228.485)</b>	<b>9.508.862</b>	<b>9.827.656</b>

**12) FORNECEDORES**

O saldo de fornecedores no valor de R\$ 18.958 em 2015 (R\$19.221 em 2014) é composto pelas movimentações anuais de inclusão das notas fiscais de compra de materiais e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício. A movimentação sintética desta rubrica durante o exercício corrente está demonstrada a seguir:

Descrição	2015	2014
(=) Saldo Inicial do Exercício de 2014	19.220.850	19.220.850
(-) Saídas por Compras de Mercadorias	(49.367.277)	(49.367.277)
(+) Entradas pelas baixas por pagamentos	49.104.314	49.104.314
<b>(=) Saldo Final do Exercício de 2015</b>	<b>18.957.887</b>	<b>18.957.887</b>

**13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2015	2014
Provisão para férias e encargos	3.749.980	3.118.265
INSS sobre folha de pagamento	651.156	706.217
IRRF a Recolher sobre Folha	267.791	279.288
FGTS a Recolher	211.365	148.595
Contribuição Sindical a Pagar	15.162	15.045
INSS a Recolher s/ Receita Bruta	-	1.287.018
Pensão Alimentícia e antecipações a Pagar	33.136	72.776
<b>Total</b>	<b>4.928.590</b>	<b>5.627.204</b>

O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os créditos adquiridos até a data de encerramento do exercício de 2015, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

**14) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2015	2014
ISS a Recolher – Clientes	2.209.492	715.796
Cofins a Recolher	559.906	329.667
PIS/Pasep a Recolher	121.313	71.428
ISS a Recolher de Terceiros	37.930	123.534
CSRF a Recolher	23.661	19.245
INSS a Recolher de Terceiros	21.734	1.178
IRRF a Recolher de Terceiros	9.750	9.685
<b>Total</b>	<b>2.983.786</b>	<b>1.270.533</b>

**15) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	2015	2014
Acordos trabalhistas e cíveis a pagar	459.699	-
Cauções e valores em garantia	358.055	357.324
Coopercecos	55.243	17.706
Adiantamentos de clientes	26.786	26.786
Outras contas a pagar	28.906	2.492
<b>Total</b>	<b>928.689</b>	<b>404.308</b>

**Cauções e valores em garantia:** A rubrica "Cauções e valores em garantia" está assim constituída em 31 de dezembro de 2015:

Data	Fornecedor	31/12/2015
28/01/2014	Scamatti Seller Infra-Estrutura Ltda.	122.425
31/12/2014	Nilson Laerte Esteve ME.	32.160
14/03/2014	Scamatti Seller Infra-Estrutura Ltda.	20.352
31/12/2014	Nilson Laerte Esteve ME.	18.960
15/12/2015	Agrisi Construtora Ltda	19.070
28/01/2014	Novo Progresso Ltda.	16.820
14/05/2010	Terraplana Orlândia Ltda.	14.930
27/06/2013	Novo Progresso Transporte Ltda.	13.687
25/10/2012	Lotran Locação e Transporte Ltda.	11.970
30/09/2011	Open Plus Serviços Ltda.	10.860
25/06/2013	Sangex Construções Ltda.	14.510
06/05/2010	Transcat Terraplenagem, Construção e Incorporação Ltda	8.243
15/12/2015	MAC Tratores Comércio e Serviços Ltda	7.740
04/02/2013	Comar Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.	6.830
12/11/2013	Município Itapeva	6.416
28/01/2014	Mult Ambiental Construções Ltda.	10.256
	Outros	16.475
	<b>Total</b>	<b>358.055</b>

**16) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em ações judiciais em processos administrativos, fiscais e trabalhistas em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais e, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para

para a rubrica "Investimentos" no exercício de 2014. Segue a lista dos imóveis transferidos para Investimentos e atualizados:

Terrenos	2013	Correção	Valor Justo 2014
Lins	8.358	572.591	580.949
Marília	27.946	5.044.054	5.072.000
São Manoel	6.666	309.326	315.992
Bragança Paulista	32.319	8.825.681	8.858.000
Guaratingueta	4.643	2.206.809	2.211.452
Casa Branca	5.159	1.248.381	1.254.000
Andradina	1.618	1.257.842	1.259.000
Fernandópolis	2.248	4.497.752	4.500.000
Araçatuba	13.265	1.664.268	1.670.000
Andradina	5.762	302.735	316.000
Cerqueira Cezar	946	25.681	26.627
Itatinga	12.085	334.955	347.040
Santa Ernestina	5.357	106.643	112.000
Jaú	12.135	-	12.135
Mogi das Cruzes	4.739	-	4.739
Franca	9.287	-	9.287
<b>Total</b>	<b>152.503</b>	<b>26.396.718</b>	<b>26.549.221</b>

De acordo com o CPC 28 - Imobilizado, Imóveis que não estão em uso operacional, devem ser mantidos como Investimentos, sendo que sua valorização deve ser respaldada por laudo técnico específico. Tendo em vista as dificuldades financeiras que a Companhia vem enfrentando, para o encerramento do exercício de 2015, não foram obtidos laudos técnicos atualizados para esses imóveis.

Imobilizado líquido	2015	2014
	176.849	176.849
	194.979	2.470.990
	2.883.087	2.430.453
	218.826	253.360
	3.709.099	4.309.340
	310.788	376.147
	165.071	57.522
	98.463	124.794
	174.871	238.368
	1.576.829	1.576.829
	-	-
	<b>37.088.150</b>	<b>35.175.267</b>
	<b>9.508.862</b>	<b>9.827.656</b>

cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2015 a provisão está assim constituída:

	2015	2014
Ação cível - Atrium (iniciada em janeiro de 2014)	31.090.404	27.464.615
Ações trabalhistas em fase de execução	5.997.746	6.885.791
Ações cíveis indenizatórias em fase de execução	-	824.861
<b>Total</b>	<b>37.088.150</b>	<b>35.175.267</b>

**Ação cível – Atrium:** Em 1983 foi constituída uma sociedade em conta de participação para o projeto de reflorestamento no Horto Florestal de Cajuru, ficando a CODASP como sócia investidora. A Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. avaliou e adquiriu em 2000 os certificados de participação em reflorestamento da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP, que era sócia oculta do empreendimento. Na época a CODASP não prestou conta aos investidores como também não manteve registros contábeis do empreendimento, sendo que a ATRIUM Participações ajuizou ação de indenização em segunda instância em 2003. Existe indicação da Sessoria Jurídica da CODASP e da Procuradoria Geral do Estado no sentido de entabular-se um acordo com a credora. O valor da dívida, atualizado até o final de 2015 é de R\$ 31.090.404. Existe outra ação promovida pela ATRIUM que tem por objeto a participação no empreendimento Fazenda Monte Alegre II. A CODASP perdeu a ação em primeira instância, mas reverteu integralmente a sentença em segunda instância. O valor da condenação poderia alcançar R\$ 2.000. Os valores relativos a essa demanda são atualizados monetariamente a cada encerramento de exercício. **Processos de natureza trabalhista:** Constam inúmeros processos trabalhistas em andamento, cujos detalhes são sobre inúmeros de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. Há ações classificadas como provável risco de perda e em execução, totalizando um valor de R\$ 1.048 e a parcela maior de possíveis execuções no valor de R\$ 4.950, onde seja por estarem em fase inicial do processo ou não, foram atualizadas monetariamente por julgamento de jurí e índices de cálculos complexos, de acordo com nossa assessoria jurídica. Para todas as ações em fase de execução, foi complementada a provisão existente totalizando o valor de R\$ 5.998.

**17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O Capital Social registrado no valor de R\$ 100.588.320 em 31 de dezembro de 2015 é composto por 18.780.945.481.834 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Recursos para aumento de capital:** A composição dos recursos para aumento de capital estava distribuída da seguinte forma até o exercício do ano de 2015:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Doações para investimento	22.295	22.295
2011	1.600.000	1.600.000
2014 e 2015	4.995.200	4.995.200
<b>Total</b>	<b>6.617.495</b>	<b>6.617.495</b>

Para o exercício de 2014 e 2015 foi reservado recurso no montante de R\$ 4.995.200 para completar o Aporte do Tesouro do Estado de São Paulo em R\$ 6.617.495. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** Essa classificação foi proveniente das valorizações dos imóveis da Codasp, constituída do trabalho de avaliação com Laudos Técnicos Aprovados pelo Conselho de Administração CA e Ata lavrada no mês de Julho de 2014, discutida e conciliada com o conselho fiscal, com papéis avulsos e anexos aos demonstrativos financeiros do mesmo mês, onde, baseado nas normas e Pronunciamentos contábeis ao CPC 27, houve o equilíbrio da conta do Patrimônio Líquido e em contra partida o aumento da conta dos investimentos em Imóveis no grupo do Passivo Não Circulante, no valor de R\$ 26.396.717 de acordo com a nota explicativa nº10

**18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

Receita bruta	2015	2014
Projeto Melhor Caminho	52.267.531	81.467.778
Secretaria Adm. Penitenciária	3.943.308	21.806.174
ITESP	2.749.669	6.113.555
APTA	2.076.529	1.441.116
Outros Serviços	786.171	1.444.361
INCRRA	658.247	13.742.858
<b>Total</b>	<b>62.481.455</b>	<b>126.015.852</b>

Impostos	2015	2014
COFINS	(2.237.531)	(3.865.145)
ISS	(2.021.762)	(3.012.242)
INSS s/ FATURAMENTO	(1.118.416)	(2.422.037)
PIS/PASEP	(484.798)	(837.448)
<b>Total</b>	<b>(5.862.507)</b>	<b>(10.136.872)</b>
	<b>56.618.948</b>	<b>115.878.980</b>

**19) CUSTOS**

	2015	2014
Custo de Pessoal	22.997.446	21.595.651
Custos do Serviço	26.240.276	72.825.064
Custo de Depreciação	2.845.837	1.822.194
<b>Total</b>	<b>52.083.559</b>	<b>96.242.909</b>

**20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2015	2014
Custo de pessoal administrativo	(12.459.082)	(11.693.963)
Despesas gerais e administrativas	(10.179.092)	(12.631.603)
Despesas de depreciação	(857.220)	(733.607)
Outras despesas operacionais	-	(12.237.492)
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	507.105	2.451.632
Despesas Financeiras	-	(205.005)
<b>Total</b>	<b>(22.988.289)</b>	<b>(35.052.038)</b>

**21) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	2015	2014
Outras despesas operacionais	(4.670.369)	-
Outras receitas operacionais	906.267	1.879.162
Reversão de Provisão	2.441.843	111.131
Receita com Socórcio	2.479.992	4.833.326
<b>Total</b>	<b>1.157.731</b>	<b>6.823.619</b>

**22) RESULTADO FINANCEIRO**

	2015	2014
Receitas financeiras	128.165	193.251
Despesas financeiras	(323.816)	-
<b>Total</b>	<b>(195.651)</b>	<b>193.251</b>

O resultado financeiro do ano de 2015 é o resultado das despesas financeiras de R\$ 323.816,47 que é composto por movimentação das rubricas: taxas bancárias; descontos concedidos; multas compensatórias e punitivas; juros sobre tributos e passivos financeiros. Em contrapartida R\$ 128.165,80, totalizando rubricas com: correção monetária, multa, juros ativos e recuperações e salários.

**23) CARGOS E SALÁRIOS**

A CODASP possui um Quadro de Pessoal aprovado pelo Governador em 30.09.2009 de 499 posições sendo 12 cargos de confiança (livre provimento) e 487 cargos permanentes. O Plano de Pessoal, Carreiras e Salários vigente foi aprovado em 1998, com falhas de temporalidade e legalidade. O novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi elaborado por esta diretoria, com assessoria da FUNDAP e aprovado pelo Conselho de Administração. Propõem-se a reenvolvidar nas CODASP dos empregados diante do perfil do quadro de pessoal. Essa mudança é de fundamental importância para se fazer cumprir aspectos legais e atender recomendações de órgãos fiscalizadores (Tribunal de Estado do Estado, Secretaria da Fazenda e Corregedoria do Estado de São Paulo). Em 06 de setembro de 2012 a CODASP encaminhou ofício à Secretaria da Fazenda, com vistas ao CODEC/CEDC, com o pleito sobre readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, justificativas e demais documentação pertinentes. Foram feitas várias reuniões com o CEDC em 2013 e o Plano voltou para a CODASP no final do ano para novas readequações. Em 02 de abril de 2014, além das readequações solicitadas, atualizamos todas as tabelas salariais e de impacto e os processos seguiram ao CODEC via SAA e em 26 de junho de 2014, a SAA retornou todos os processos à CODASP, em razão do ofício 104/GS/CODEC, a Diretoria CODASP solicita aguardar o encaminhamento do pleito.

**24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender as suas necessidades operacionais e

Aos acionistas e administradores da

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO** (“**CODASP**” ou “**COMPANHIA**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para conclusão com ressalvas**  
**Propriedades para investimentos**

Conforme descrito nas notas explicativas 3.6 e 10, a Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS no exercício de 2013, à contabilização do valor justo dos seus imóveis não operacionais como Propriedade para Investimentos, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, gerando uma mais valia de R\$26.397 contabilizada em contrapartida na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Conforme determina aquele pronunciamento, uma vez que a Companhia optou pela contabilização do valor justo das suas Propriedade para Investimentos, tal procedimento deve ser revisado pelo menos anualmente, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia optou por não realizar tal procedimento.

Em decorrência da falta do procedimento, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade dos saldos das Propriedades para Investimentos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$26.549.

**Ativo imobilizado**

A Companhia não efetuou análise documentada de revisão do valor residual e da vida útil dos bens de seus ativos imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e o teste de recuperação dos ativos, também conhecido como impairment test, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Especialmente pelo fato da Companhia ter auferido prejuízos operacionais nos últimos exercícios, não foi possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a adequação do montante de R\$9.509 (R\$9.828 em 31 de dezembro de 2014) apresentado na rubrica “Imobilizado”, nem sobre os efeitos de depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2015.

**Opinião**

“Base para conclusão com ressalvas”, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo “Base para conclusão com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

**Contas a receber**

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2015 R\$7.607 a receber do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, contabilizados na rubrica Clientes, no ativo não circulante, cujos saldos estão pendentes de recebimento desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A administração da Companhia vem envidando esforços, através da esfera administrativa, visando ao recebimento de tais montantes e nenhuma provisão foi constituída para fazer a um possível não recebimento de tais montantes.

Adicionalmente, a Companhia possui R\$7.950 em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.404 em 31 de dezembro de 2014) em precatórios a receber junto a algumas prefeituras, na rubrica Clientes, no ativo não circulante, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Entretanto, dado a morosidade dos procedimentos de pagamentos de precatórios pelas entidades públicas, não há uma previsão de data de recebimento destes montantes.

**Continuidade operacional**

A Companhia vem auferindo prejuízos operacionais nos últimos exercícios, que culminou em prejuízos acumulados de R\$131.966 em 31 de dezembro de 2015 (R\$114.476 em 31 de dezembro de 2014). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais. Para tanto, sua administração precisa envidar esforços, especialmente no sentido de adequação das despesas em face das receitas da Companhia, assim como buscar novas fontes de recursos, seja através de outras fontes de receitas e/ou aporte de seus controladores.

**Outros assuntos**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, cujo parecer datado em 18 de março de 2015, continha ressalva quanto aos valores registrados no ativo imobilizado, no montante de R\$9.828.

São Paulo, 14 de março de 2016.

**Fábio Roberto Benvindo** = Sócio-diretor  
CRC 1SP255684/O-3

**Verdus Auditores Independentes** - CRC 2SP027296/O-2